

Negritude, reconhecimento e patrimonialização do Marabaixo no Amapá¹

*José Maria da Silva*²
Universidade Federal do Amapá

Resumo: O artigo aborda o processo de reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no estado do Amapá. Trata-se de uma manifestação cultural praticada por populações negras das áreas urbana e rural. O artigo analisa como os praticantes dessa manifestação articularam a memória do passado, em que lembram episódios de preconceito e discriminação, para reivindicar a sua valorização. Deste modo, o trabalho examina processos e eventos que possibilitaram a formação de um contexto positivo para o reconhecimento do marabaixo como patrimônio imaterial estadual e nacional.

Palavras-chave: marabaixo; negritude; reconhecimento; patrimonialização.

SILVA, José Maria da. **Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (23): 151-168, maio a agosto de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas nos seminários do LAGERI, em agosto de 2017, no pós-doutorado na UnB, e na mesa-redonda “Patrimônios e museus em rebelião”, no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Agradeço a Mariza Peirano pela supervisão do estágio pós-doutoral, a Stephen Baines e Antonio Motta pelos convites para participar dos eventos.

² Doutor em Antropologia pelo PPGAS/Universidade de Brasília, Professor Associado da Universidade Federal do Amapá e membro do Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia.

Blackness, recognition and patrimonialization of Marabaixo in Amapá

Abstract: The article discusses the process of recognition and heritage of the marabaixo in Amapá. It is a cultural manifestation practiced by black populations from the urban and rural areas of the state. The article analyzes how practitioners of this manifestation articulate the memory of the past, which they recall episodes of prejudice and discrimination, to claim its appreciation. This way, the work examines processes and events that enabled the formation of a positive context for the recognition of marabaixo as state and national intangible heritage.

Keywords: marabaixo; blackness; recognition; patrimonialization.

Negritud, reconocimiento y patrimonialización de la Marabaixo en Amapá

Resumen: El artículo analiza el proceso de reconocimiento y herencia del marabaixo en Amapá. Es una manifestación cultural practicada por poblaciones negras de las zonas urbanas y rurales del estado. El artículo analiza cómo los practicantes de esta manifestación articulan la memoria del pasado, en la que recuerdan episodios de prejuicio y discriminación, para reclamar su apreciación. De este modo, el trabajo examina procesos y eventos que permitieron la formación de un contexto positivo para el marabaixo y, en consecuencia, su reconocimiento como patrimonio inmaterial estatal y nacional.

Palabras clave: marabaixo; negrura; reconocimiento; patrimonialización.

Neste artigo analiso uma série de eventos e ações que possibilitaram com que o marabaixo se tornasse referência de identidade e patrimônio cultural do estado do Amapá. Defendo a ideia de que a patrimonialização dessa manifestação resulta de um processo histórico de ações da “comunidade marabaixeira”³, em aliança com o movimento negro e outros segmentos locais, no combate ao preconceito e discriminação contra a população negra, bem como na reivindicação de aceitação e reconhecimento do marabaixo. Nessa linha, alguns estudos demonstram que processos de patrimonialização, no âmbito das culturas populares, estão ligados às reivindicações por visibilidade e reconhecimento das manifestações culturais (OSÓRIO, 2017), reparação de indiferença e intolerância, bem como disputas em torno do que seja patrimônio cultural no Brasil (VELHO, 2007).

Inicialmente faço uma breve apresentação sobre o marabaixo. Em seguida, o artigo divide-se em duas partes. Na primeira parte, examino o “tempo dos pioneiros”, através de narrativas dos atuais festeiros sobre o passado. Nas narrativas identifique episódios de preconceito e discriminação, os quais tiveram início no século XIX, perpassaram o século XX e constituem a memória dos atuais festeiros para atuação no presente. Na segunda parte, analiso eventos e ações realizadas pelos praticantes, a partir do final da década de 1980, em busca de visibilidade, aceitação e reconhecimento do marabaixo. São práticas que colocam em evidência uma nova forma de identidade dos festeiros – constituídas de críticas e reivindicações –, nas quais se aliam a defesa da manifestação cultural e questões étnico-raciais.

Identidade

As discussões em torno do marabaixo como fenômeno que adquiriu centralidade na cultura do Amapá, fazem parte de um contexto mais amplo em que se apresentam preocupações na tentativa de formular as bases do que seria a “identidade amapaense” (CANTO, 2017; 2018; SOUZA, 2016; VIDEIRA, 2009). Assim, além dos estudos que procuram deslindar a identidade local, podemos identificar um movimento deliberado dos *marabaixeiros*, por meio de um repertório que inclui discursos, projetos, eventos e ações diversas, com vistas à reivindicação dessa manifestação como identidade e patrimônio cultural. O termo mais utilizado – que traduz o ideal dos festeiros – é *respeito*, expresso na frase “mais respeito pelo marabaixo”, a qual, em contexto, adquire múltiplos significados.

Identidade, em geral associada à cultura, é uma das palavras mais acionadas no mundo contemporâneo – seja nas relações concretas ou como categoria de análise – na tentativa de dar conta da complexidade das relações sociais (ver

³ Os termos *marabaixeiros* e “comunidade marabaixeira” são utilizados no contexto do marabaixo e entre a população local para identificar as pessoas e grupos que praticam essa manifestação. Neste trabalho, utilizo os termos festeiros, praticantes, *marabaixeiros* e “comunidade marabaixeira” como equivalentes.

FELDMAN-BIANCO; CAPINHA, 2000; CASTELLS, 2001). Os desafios para se compreender essa questão são, de um lado, um modelo de civilização global imposto pelo avanço dos modernos meios de comunicação e, de outro, a persistência da pluralidade de modos de vida e, conseqüentemente, da diversidade de culturas.

A pluralidade que surge da diferença se impõe e demonstra o vigor dos diversos modos de vida e das culturas no mundo (HANNERZ, 1997; SAHLINS, 1997a e 1997b). É no plano da diferença – fundamental na abordagem antropológica (PEIRANO, 1999) – que as identidades se apresentam de forma negociada e sempre cambiantes. Assim, singularidades “brotam das maneiras como a variedade das práticas que as compõem se posiciona e se constitui” (GEERTZ, 2001: 198-199). Em outras palavras, identidades devem ser concebidas como resultantes de processos pragmáticos dos comportamentos e das transações comunicativas (CRAPANZANO, 1992: 102).

O Marabaixo

Marabaixo é uma manifestação cultural praticada por populações negras das áreas urbana e rural de três municípios do Amapá – Macapá (capital do estado), Santana e Mazagão⁴. Constitui-se de música (denominada pelos festeiros de *ladrão*), embalada pelo ritmo dos tambores (chamados de caixas), e dança. Na cidade de Macapá, tradicionalmente é praticado em um período específico, denominado “ciclo do marabaixo”, em homenagem ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade. Porém, em geral essa manifestação pode ser praticada a qualquer tempo, incluindo eventos não religiosos em apresentações denominadas “rodas de marabaixo”. Estas, são realizadas em comemorações diversas, como datas cívicas, aniversários de pioneiros e eventos organizados por instituições públicas (congressos, programações culturais e de turismo etc.).

O ciclo do marabaixo é realizado durante dois meses, com início no sábado de aleluia e finalizado no domingo após *Corpus Christi*. Não pretendo fazer uma descrição exaustiva do período festivo – tarefa empreendida em outro trabalho (SILVA, 1987) e por outros autores (VIDEIRA, 2009; LIMA, 2011; MARTINS, 2016). Ressalto que a programação é extensa, composta por ladainhas, missas em igrejas, levantamento e derrubada de mastros, retirada pelos arredores da cidade de uma folhagem denominada de *murta* e cortejos pelas ruas. Nesse período, com frequência ouve-se pela cidade os fogos de artifícios e o som das caixas. Os *marabaixeiros*, com suas roupas coloridas, cantam e dançam nos barracões onde são realizadas as festas.

⁴ O marabaixo é praticado em diversas comunidades rurais, por ocasião de festas em louvor a santos católicos. Neste artigo, focalizo principalmente as ações dos grupos localizados na cidade de Macapá.



Figura 1 - Cortejo de rua do marabaixo (acervo do autor).

Nas homenagens às divindades católicas, as festas de marabaixo congregam um conjunto de artefatos e atividades, tais como imagens de santos, promessas, devoção, alimentação, bebida, bandeiras, mastros, vestuário e cortejos nas ruas. Alguns elementos, como o mastro, a murta, as cores das bandeiras (simbolizando as divindades), as caixas, o som de percussão, o colorido do vestuário, a gengibirra (bebida feita com cachaça e gengibre) e os passos da dança são considerados os mais representativos e que formam a identidade dessa manifestação.

O tempo dos pioneiros: memórias de preconceito e discriminação

Em geral, as narrativas sobre a história do marabaixo (orais e escritas) revelam dois aspectos: uma narrativa afirma que essa manifestação chegou ao Amapá com os escravos. Outra afirma que os negros sofreram preconceitos e foram alvos de ações de discriminação por parte da imprensa, do governo, da polícia e da igreja católica⁵.

As primeiras manifestações de preconceito contra o marabaixo se deram no século XIX pela imprensa (CANTO, 1998). Contudo, é no âmbito do processo de urbanização da cidade de Macapá – na primeira metade do século XX – que os episódios de preconceito e discriminação foram inicialmente registrados na capital amapaense.

As narrativas formam a memória das pessoas que praticam o marabaixo no presente, e tiveram repercussão a partir do momento em que festeiros, jornalistas, estudiosos, entre outros, passaram a formular explicações históricas sobre essa tradição cultural. Adiciona-se a isso, a partir dos anos 1980, a inserção de novas gerações no marabaixo e o surgimento do movimento negro local⁶, que passaram a abordar situações de preconceito e discriminação racial no Amapá. Deste modo, tais explicações se apresentam como fundamentos do que podemos denominar de consciência histórica da população negra e de sua manifestação cultural.

Descrevo a seguir, de forma resumida, ações narradas pelos praticantes do marabaixo e por escritores como atitudes de preconceito e discriminação por

⁵ Preconceito e discriminação racial são categorias amplamente abordadas na literatura sociológica sobre o negro e as relações raciais no Brasil (HASENBALG, 1979; NOGUEIRA, 1985). Preconceito é uma atitude estigmatizante e desfavorável em relação a pessoas ou grupo social, sendo a base da discriminação racial e da exclusão (NOGUEIRA, 1985: 78-79).

⁶ A União dos Negros do Amapá (UNA) desde a sua fundação nos anos 80 tinha, entre suas pautas de atuação, preocupações em definir o marabaixo como expressão de identidade do negro e do Amapá em geral (MACIEL, 2001).

parte de representantes de duas instituições: o governo e a igreja. Os episódios têm sido a matéria-prima para explicar questões referentes à população negra e ao marabaixo a partir de 1943, quando da implantação do Território do Amapá⁷. A memória de preconceito e discriminação do passado, bem como as ações desfavoráveis ao negro e ao marabaixo no presente, constituem as bases dos discursos e do ativismo dos marabaixeiros para reivindicar “mais respeito” a essa manifestação.

Os episódios *Urbanização e dispersão dos negros na cidade*

Na antiga vila de Macapá, parte da população negra formava um núcleo habitacional comum, em uma área que hoje é o centro da cidade⁸. Quando da criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e a implantação da estrutura administrativa, o primeiro governador (Janary Gentil Nunes) implementou um plano de urbanização, com intuito de sediar a comitiva governamental e outras pessoas que se transferiram para Macapá.

A urbanização da cidade se deu a partir da área que era habitada à época. Para tanto, o governador retirou grande parte das pessoas que ali morava – a maioria formada por negros –, forçando a dispersão para outras áreas. Às pessoas restou constituir novos espaços de moradias, em lugares dominados pelo mato e sem condições de habitação. Assim, a expulsão da população negra do centro forjou a criação de núcleos de moradia dispersos e, conseqüentemente, a constituição de grupos de marabaixo em duas áreas da cidade, denominadas Laguinho e Favela (GONÇALVES, 2013).

Os versos da música *Aonde tu vais rapaz* registraram esse momento.

*Aonde tu vais rapaz
 Por esse caminho sozinho?
 Vou fazer minha morada
 Lá nos campos do Laguinho
 Destelhei a minha casa
 Com intenção de retelhar
 Mas se a Santa Engrácia não fica
 Com a minha pode ficar
 Avenida Getúlio Vargas
 Tá ficando que é um primor
 Essas casas foram feitas
 Só pra morar doutor
 (Autor: Raimundo Ladislau)*

O deslocamento dos praticantes do marabaixo se refletiu na tradição da festa, pois antes da urbanização os festeiros participavam de uma festa comum a todos. Com a fragmentação dessa população em diferentes locais da cidade, a manifestação passou a ser praticada por grupos, tendo como referência as famílias dos pioneiros ou as novas áreas habitadas. Tais aspectos se apresentam como referências dos grupos na atualidade; por exemplo, na divulgação das festas ora a referência é o bairro – Marabaixo do Laguinho e Marabaixo da Favela –, ora é

⁷ O Amapá fazia parte do estado do Pará até o ano de 1943, quando Getúlio Vargas criou os territórios federais. O Amapá passou à condição de estado com a Constituição Federal de 1988.

⁸ Estudos históricos demonstram que os negros foram introduzidos como escravos na província do Grão-Pará e na região do Cabo Norte (LUNA, 2009; GOMES; QUEIRÓZ, 2003). Segundo os autores, uma parte dessa população fugiu para diversas áreas do interior; outra parte teria habitado a área central da cidade, em um local denominado Santa Engrácia.

uma pessoa considerada pioneira das famílias tradicionais de festeiros – Marabaixo do Pavão, Marabaixo da Tia Biló, Marabaixo da Tia Gertrudes, Marabaixo da Tia Dica Congó.

Igreja e folclore

Um episódio de preconceito sempre narrado pela “comunidade marabaixeira” e estudiosos, diz respeito ao fato dos padres não aceitarem o marabaixo na igreja. A rejeição teve início com a chegada de padres italianos e alemães, no início do século XX, e com a implantação da Diocese de Macapá. A oposição dos padres era com relação à entrada dos marabaixeiros portando artefatos utilizados no ciclo da festa, tais como as bandeiras do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, a coroa do Divino, os mastros e os tambores.

Segundo estudiosos, era de tradição que os festeiros, por ocasião da festa em louvor ao Divino Espírito Santo, entrassem na igreja de São José (a mais antiga de Macapá) para fazer orações e cantar, com os artefatos citados. Na frente da igreja, os homens praticavam a capoeira – denominada à época de carioca (PEREIRA, 1989; CANTO, 1998).

Com a chegada do padre Júlio Maria Lombaerd, em 1913, o marabaixo e os festeiros passaram novamente a ser alvos de críticas. O referido padre argumentava que o marabaixo era “só bebedeira” e que as pessoas usavam a coroa do Divino Espírito Santo para comércio. À época, houve conflitos e pessoas ameaçaram invadir a casa onde residia o padre, sendo contidos pelo intendente de Macapá (CANTO, 1998).

Os conflitos com integrantes da igreja continuaram nas décadas seguintes. Em 1980, o padre Aristide Piróvano, ao justificar a proibição dos festeiros de entrarem na igreja, argumentou: “folclore é folclore, religião é coisa séria e não podemos misturar as duas coisas. A igreja não é contrária à diversão do povo, mas não se pode misturar a água benta com o diabo” (CANTO, 1998: 29 – grifos meus). Os padres afirmavam que o marabaixo era “macumba”, “coisa do demônio” – argumentos que pessoas ainda utilizam nos dias atuais.

A oposição e críticas dos padres ao marabaixo não ficaram restritos ao passado. Em 2008, um padre proibiu a entrada dos festeiros na igreja São Benedito, portando as bandeiras e a imagem do Divino Espírito Santo. Durante o sermão, ele disse que o marabaixo era “festa do diabo” e que “pessoas se aproveitavam das crianças e dos santos, levantavam mastros para tirar dinheiro do governo”.⁹ Festeiros do bairro do Laguinho reagiram, com críticas na imprensa local e em carta dirigida ao bispo de Macapá. No ano seguinte fizeram manifestações na igreja e nas ruas próximas, denunciando para a população as atitudes de preconceito. Os protestos tiveram efeito, com a substituição do padre e uma postura mais tolerante em relação à presença dos marabaixeiros na igreja (LIMA, 2011: 81-87). Atualmente, os festeiros participam ativamente da missa, fazem carreatas com a imagem do santo e dançam o marabaixo pelas ruas do bairro.

⁹ Depoimento de Daniela Ramos, citado em LIMA 2011: 81.

O tempo presente: visibilidade, aceitação e reconhecimento

Nesta parte examino ações dos grupos da área urbana da cidade de Macapá, em busca de visibilidade e valorização do marabaixo. As ações têm sido impulsionadas por filhos, netos e bisnetos dos pioneiros, tiveram início na década de 1980 e se consolidaram nas décadas subsequentes; fazem parte das estratégias de afirmação do marabaixo como identidade e patrimônio cultural do estado do Amapá. Neste sentido, como frisei anteriormente, a memória do passado é incorporada ao presente na perspectiva de fortalecer o movimento das novas gerações.

Visibilidade e aceitação

O local de realização do marabaixo foi o primeiro passo na promoção de sua visibilidade. Tal fato se deu a partir da sugestão do setor de turismo – na segunda metade dos anos 80 – para que os festeiros criassem um espaço na frente de suas casas para a dança do marabaixo. Até então, os *marabaixeiros* cantavam e dançavam dentro da casa de quem organizava a festa. A ideia de criar um espaço na frente da casa era para que o público pudesse assistir as apresentações. Com o passar do tempo, os espaços construídos nas frentes das casas foram ampliados, passaram a ser decorados e denominados de barracões, com identificação de cada grupo pelo nome da matriarca ou patriarca da família – Barracão da Tia Biló, Barracão da Tia Gertrude, Barracão do Pavão etc.

No final dos anos 1980, e com mais intensidade nas décadas seguintes, lideranças dos grupos de marabaixo (com destaque para as mulheres – filhas e netas de pioneiros) passaram a comandar determinadas ações de divulgação. As iniciativas para divulgar o marabaixo, por parte dos festeiros, visavam a aceitação e reconhecimento da população para que a manifestação se tornasse referência da cultura no estado. A perspectiva de ampliar o universo de aceitação é justificada pelas lideranças: “o marabaixo não é das famílias tradicionais, e sim da sociedade amapaense”¹⁰. Esse posicionamento constitui a base dos projetos e atividades realizadas, com vistas à ampliação dos espaços de atuação, à recepção positiva da manifestação e o crescimento do público que valoriza e participa dos eventos.

Listo a seguir ações que têm sido executadas em diferentes frentes, visando promover a visibilidade e aceitação do marabaixo entre a população:

- Projetos nas escolas: pessoas ligadas aos grupos de marabaixo desenvolvem há algum tempo atividades nas escolas, tais como: palestras sobre a história e os aspectos que constituem a manifestação, aulas de canto, de percussão, dos passos da dança e para criação de versos da música. A ideia é repassar para professores e alunos ensinamentos sobre o que é e como se constitui o marabaixo, de modo a introduzir essa prática cultural na esfera da educação;

- Renovação: os grupos realizam ações de renovação do marabaixo, a partir da inserção de crianças e adolescentes. Neste sentido, existem oficinas em Macapá e Mazagão Velho para ensinar às crianças os passos da dança, cantar as músicas, escrever versos para novas músicas e tocar o tambor. Essas atividades têm proporcionado o crescimento da participação de crianças e jovens em grupos de marabaixo;

- Formação de novos grupos: outro aspecto que se destaca é a criação de novos grupos, em duas modalidades. Por um lado, são criados grupos formados por

¹⁰ Valdinete Costa, entrevista realizada em 06 de novembro de 2017.

membros de famílias tradicionais de festeiros e simpatizantes, visando a participação em eventos como o Encontro dos Tambores e os festivais de marabaixo. Exemplos são os grupos Filhos do Sacaca, Raízes do Bolão, Herdeiros da Tia Zezinha, cujos nomes homenageiam pioneiros. Outra modalidade são os grupos constituídos por pessoas ligadas ao marabaixo, com a perspectiva de atuação como entidade ou movimento cultural. Exemplo disso é o Movimento Nação Marabaixeira, que tem realizado atividades para divulgação do marabaixo e se apresenta como organização sem vínculo aos grupos das famílias. Dentre suas ações estão o projeto “cantando marabaixo nas escolas” e o “festival cantando marabaixo” – ambos voltados para estudantes do ensino básico;



Figura 2 - Apresentação no festival cantando marabaixo (acervo do autor)

- Memória dos pioneiros: tem sido cada vez mais frequente nos eventos a divulgação de imagens dos pioneiros. São considerados pioneiros, homens e mulheres concebidos como guardiões da memória do marabaixo; isto é, pessoas que contribuíram historicamente com a manifestação, realizando os festejos, criando versos de músicas, dançando e tocando caixa. Nesse processo em que se reverencia os pioneiros, as mulheres são chamadas de *tia* (ex. tia Zefa, tia Chiquinha, tia Luci etc.), e os homens de *mestres* (ex. mestre Julião, mestre Bolão e mestre Pavão).

Como parte ainda do intento em conquistar visibilidade e valorização, os *marabaixeiros* passaram a realizar no primeiro dia do ciclo dos festejos anuais (no sábado de aleluia) algumas atividades para chamar a atenção da população, tais como: oficinas nas escolas, caminhada pelo centro da cidade, com distribuição de folhetos, rodas de marabaixo e homenagens aos pioneiros das famílias que organizam o ciclo. À noite, realiza-se na Favela a primeira festa do ciclo denominada “marabaixo da aceitação”. Nos discursos das pessoas que organizam esses eventos, ressalta-se sempre a ideia de que se busca conscientização e valorização dessa manifestação cultural.

É possível identificar resultados positivos da movimentação das novas gerações. Atualmente o marabaixo tem sido assunto frequente nos meios de comunicação local, com cobertura jornalística dos eventos realizados. Além disso, a repercussão se apresenta também nas escolas em que o marabaixo passou a ser objeto de pesquisa dos alunos, tema de redação e de interesse em projetos que promovem o ensino da dança, especialmente quando das comemorações do dia do folclore. Há outros resultados conquistados, como veremos mais adiante.

Mudanças no sentido de aceitação e ampliação dos espaços de atuação na cidade, podemos exemplificar com o depoimento abaixo:

No tempo dos nossos pais e dos nossos avós, quem cantava e dançava o marabaixo eram só as pessoas idosas. Hoje não, o marabaixo passou a ser de todos. Então, a partir do momento que ele passa a ser de todos, ele saiu dos barracões, saiu do gueto e veio para as praças, veio para os clubes, veio pra cidade. A gente canta em aniversário, a gente participa até de velório¹¹.

As ações em busca de aceitação e visibilidade também se refletiram na arte local, com a incorporação de elementos do marabaixo em diversas modalidades – música, poesia, fotografia, artes plásticas, entre outras. Na música, por exemplo, destaca-se a formação de grupos que se dedicam a cantar músicas dessa manifestação cultural. Nas artes plásticas, há algum tempo essa tradição é fonte de inspiração em pinturas, esculturas e no artesanato. A literatura também é uma área que constantemente tem o marabaixo como fonte de inspiração. Deste modo, a luta da “comunidade marabaixeira” por aceitação e reconhecimento teve repercussão positiva entre os diferentes segmentos da sociedade, de modo que a manifestação tornou-se referência nas manifestações culturais locais.

O contexto da negritude

Os esforços dos festeiros por visibilidade e aceitação, criaram as condições para o ativismo na defesa do marabaixo e em questões raciais. Se por um lado, a aceitação e a valorização resultaram de ações desenvolvidas nas esferas da educação e da cultura, por outro lado, a luta contra o preconceito e a discriminação foi efetivada em aliança com o movimento negro local, contando ainda com adesão de artistas que abordam temas de cunho racial. Assim, a condição do negro – passado e presente – passou a ser explorada na linguagem (nos versos da música, em explicações e discursos por ocasião de eventos públicos) e em ações.

Nesta parte do artigo, analiso como as questões críticas se apresentam nos atos de linguagem¹². Tais atos revelam, enfatizam e replicam aspectos sociais sobre o negro, incluindo sua autoafirmação, que podemos definir como um contexto de negritude. Por negritude, entende-se um campo de atuação político, ideológico e cultural, tendo como base aspectos referentes à consciência racial e à identidade. No plano da cultura, a negritude se expressa a partir dos elementos de matriz africana no âmbito das identidades afro-brasileiras (DOMINGUEZ, 2002; MUNANGA, 1990; ROCHA, 2014).

O negro entre o passado e o presente

As letras das músicas do marabaixo são uma via importante para examinar como o negro tem sido abordado. Entre os grupos urbanos e comunidades rurais, a forma tradicional dos versos da música tinha como base acontecimentos do cotidiano, conforme o exemplo abaixo:

*Música: Lírio roxo
 Passei pelo lírio roxo
 Cinco folhinhas apanhei*

¹¹ Depoimento de Elisia Congó ao telejornal da TV Amapá. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/edicao/2018/12/03/videos-jap1-de-segunda-feira-3-de-novembro.ghtml>. Acesso: 03/12/2018.

¹² A linguagem é concebida aqui como sendo todas as expressões da comunicação humana. Não se restringe a comunicar algo, mas em produzir efeitos, tendo em vista sua força e eficácia social (AUSTIN, 1997; TAMBIAH, 1985).

*Cinco sentidos eu tinha
Todos os cinco lá deixei
Chiquito estava sentado
No galho do caimbé
Antônio vai lá na roça
Chamar aquela mulher
Veio a Josefa espantada
O que é que o sinhô quer?
Josefa eu vou te dizer
Que o serviço tá parado
Ainda não vi o fogo (...)*

Mais recentemente, os versos do *ladrão* passaram a abordar a origem africana do negro amapaense e a memória da escravidão, bem como sobre preconceito, discriminação e autoafirmação do negro no presente, como podemos identificar nos versos abaixo:

*Música: Negros
Somos negros vindos da África
Nós temos força e muito amor
Eu sou negro, canto marabaixo
Danço batuque e toco tambor
O negro com a sua história
Causa muita emoção
Mostra toda a sua cultura
Depois da libertação
Hoje livre das correntes
Que um dia escravizou
(Autores: Manoel Duarte e Gungá)*

*Música: Nego nagô
Eu vou tocar minha viola
Eu sou um negro cantador
O negro canta, deita e rola
Na senzala do senhor
Dança aí nego nagô
Tem que acabar com essa história
Do negro ser inferior
O negro é gente e quer escola
Quer dançar samba e ser doutor
O negro mora em palafita
Não é culpa dele, não senhor
É culpa da abolição
Que veio e não libertou (...)
(Autor: desconhecido)*

Além dos versos das músicas, outro fator que tem sido acentuado a partir dos anos 90 são explicações sobre diversos aspectos referentes ao marabaixo – a origem, os passos da dança, os versos da música etc. Dentre as explicações sobre a origem, uma afirma que a palavra marabaixo deriva da junção dos termos *mar* e *abaixo*, originários da expressão “mar acima, mar abaixo”. O argumento é de que a frase teria origem no movimento dos navios, conduzindo os escravos da África para o Brasil.

A dança do marabaixo também é referenciada na escravidão. Afirma-se que os passos da dança têm relação com o passado, quando os negros eram acorrentados nos pés. Por isso andavam devagar, cadenciando um pé após o outro. Deste

modo, os passos da dança dessa manifestação teriam surgidos a partir do movimento dos pés presos nas correntes.

Essas questões também são abordadas fora do marabaixo. Nas manifestações artísticas locais, há uma gama de referências ao negro e a essa prática cultural que podemos adicioná-las a um contexto mais geral, constituinte de um campo semântico em que se apresentam críticas e perspectivas de construção e valorização da identidade negra no Amapá. As melodias, por sua vez, incorporam o ritmo de percussão dos tambores, constituindo assim uma base cultural relacionada a essa manifestação, e que recebe o nome de música popular amapaense (MPA).

Na música local, as letras de forma enfática relacionam o marabaixo ao passado colonial, particularmente aos escravos vindos da África.

*Música: Marabaixo
São correntes na escuridão
Ouço gritos vindos do porão
Tiraram o meu chão
Tiraram o meu nome
Nessa terra que não é minha
Puseram essas correntes
Como vim parar aqui nesse lugar
Vim pra trabalhar
Vão me libertar
Vão me ajudar
Com a áurea lei [...]
(Autor: Jean Carmo)*

O que pode se depreender é que o negro e o marabaixo são fontes de inspiração para as artes no Amapá. É preciso indagar, porém, o que significa evocar a história do negro e em particular a escravidão?

Com relação ao passado colonial, pode-se extrair desse quadro esboçado os seguintes aspectos: a) a África se apresenta como lugar de onde vieram os escravos, assim como a origem do marabaixo; b) ao evocar a escravidão, busca-se lembrar o sofrimento que a mesma representou para os antepassados, e incluir o escravismo ao presente de preconceito e discriminação; e c) que a memória do passado é utilizada para reivindicar um lugar positivo para o negro e sua manifestação cultural no presente, na perspectiva de autoafirmação e reconhecimento. Desta forma, a memória se apresenta como “potência” para a atuação das gerações atuais¹³.

Esses aspectos tornaram-se mais evidente quando da criação de um evento, que possibilitou novas condições para o processo de visibilidade e valorização das tradições culturais das populações negras do Amapá, bem como para dar eco aos discursos que abordam questões raciais sobre o negro.

O evento

Em 1994 foi criado na cidade de Macapá um evento denominado *Encontro dos Tambores*, destinado às apresentações de manifestações culturais de comunidades rurais que têm por tradição o marabaixo e o batuque. Inicialmente foi realizado na comunidade do Curiaú – área quilombola de Macapá. Com a inauguração do Centro de Cultura Negra, em 1998, passou a ser realizado no bairro

¹³ A ideia da memória como potência para a ação social foi discutida durante as apresentações no GT Experiências contra-hegemônicas em memória social e patrimônio cultural, por ocasião da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agradeço à Regina Abreu por inserir essa ideia nas discussões.

do Laguinho, durante as comemorações da Semana da Consciência Negra. O evento é organizado pela União dos Negros do Amapá (UNA), em parceria com outras entidades do movimento negro e com apoio do poder público.

A programação atualmente é constituída de vários elementos da cultura afro, tais como: um culto de abertura denominado missa dos quilombos, com a participação de um padre e representantes do candomblé e da umbanda; concurso de beleza, destinado a jovens negros; apresentações de manifestações culturais como marabaixo, batuque, capoeira e hip hop; e exposições e comercialização de artes plásticas e artesanato.



Figura 3 - Apresentação de marabaixo no Encontro dos Tambores (acervo do autor)

Além dos itens que fazem parte da programação anual, a partir de 2015 a organização acrescentou exposições de fotografias de pioneiros do marabaixo e artefatos do candomblé e da umbanda. Na parte artística, duas exposições foram significativas para as finalidades do evento: a exposição “negras e negros – a construção de uma identidade cultural” e “IV ZumbiArt – exposição de artes plásticas”.

As apresentações de marabaixo e batuque são realizadas por coletivos de indivíduos das áreas urbana e rural, identificados como grupo, comunidade, associação, união, irmandade ou apenas pelo nome do lugar de origem. Assim, têm-se: Grupo da Tia Joaquina e Grupo Raízes do Bolão, Comunidade do Rosa e Comunidade de Santa Luzia do Maruanum, União Folclórica de Campina Grande, Irmandade São José da Pedreira, Associação Folclórica Batuque Raízes do Coração e Associação Berço do Marabaixo da Favela. Deste modo, os termos que nomeiam os grupos, exprimem o caráter de identificação do lugar de origem, bem como sua inserção como organização cultural no contexto do evento.

A participação de uma quantidade significativa de comunidades rurais, somando-se aos grupos urbanos, contribuem para criar unidade no intento de valorização das tradições culturais, nas quais o marabaixo se destaca por ser a manifestação mais praticada entre essa população. Deste modo, as comunidades rurais adicionam dois aspectos ao evento: i) a ideia de que entre essas populações estão as raízes e, portanto, a antiguidade e autenticidade das tradições afro-ama-paenses; e ii) o sentido da diversidade, ao reunir em um mesmo espaço e evento as mais diversas práticas culturais das populações negras do estado.

Na perspectiva da formação de um contexto de negritude, durante a semana da consciência negra há uma conjunção de interesses entre os repertórios do mo-

vimento negro e aqueles constituídos pelos festeiros do marabaixo. As organizações do movimento negro realizam uma caminhada, durante a qual fazem discursos sobre a questão racial, com abordagens sobre desigualdades sociais, preconceito, discriminação e racismo, assim como evocam a memória de lutas dos negros e de personagens históricos como Zumbi dos Palmares. Por sua vez, a “comunidade marabaixeira” se alia ao discurso de negritude por meio da força do marabaixo como representação genuína da cultura e da identidade amapaense.

Assim, o Encontro dos Tambores possibilitou congregar em um mesmo espaço e tempo as agendas de dois movimentos – social e cultural. Mais que isso, a possibilidade de convergência de temas e abordagens, na medida em que os discursos dos *marabaixeiros* passaram a tratar, no âmbito das reivindicações por mais respeito ao marabaixo, as questões sociais sobre o negro. Neste sentido, pode-se afirmar que a confluência dos interesses do movimento negro e dos praticantes do marabaixo expressa um construto de identidade, no qual se conjugam elementos étnico-raciais.

Reconhecimento e patrimonialização

Em junho de 2015, a presidente da Federação Folclórica do Amapá, Elísia Congó, que integra um dos grupos de marabaixo da Favela, organizou uma ação intitulada “Campanha de reconhecimento e valorização da história do marabaixo”. Para tanto, foram confeccionados cartazes com frases e mulheres pioneiras foram fotografadas segurando-os¹⁴. A campanha foi realizada em locais públicos – escolas, universidades, emissoras de rádio, bares, entre outros – e terminou no dia 16 de junho, quando se comemora o dia estadual do marabaixo. A ação colocou em evidência uma categoria central nas discussões sobre direitos sociais – reconhecimento.

Reconhecimento, substantivo do verbo reconhecer, tem origem na palavra latina *recognoscere*. Reconhecer, segundo o dicionário da língua portuguesa, significa declarar como verdadeiro, legal ou legítimo alguma coisa. Reconhecer também significa um ato de distinção e valorização de uma pessoa – significado que se apresenta no jogo das relações sociais e, particularmente, das identidades socioculturais.

Na perspectiva teórica, reconhecimento está relacionado às reivindicações por dignidade e igualdade nas sociedades modernas e democráticas, incluindo questões de identidade e autenticidade (TAYLOR, 1993; 2011). De uma forma geral, os movimentos que reivindicam identidade se dão em situações de ausência de cidadania, seja no sentido do não reconhecimento ou do “falso reconhecimento”, que degrada a dignidade humana (TAYLOR, 1993: 43-44). No reconhecimento, uma pessoa é considerada como tendo um “valor social” – a dimensão moral do reconhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006: 19-57).

As reivindicações por reconhecimento da “comunidade marabaixeira” se dão em um processo que inclui três dimensões: respeito, aceitação e reconhecimento. Trata-se de um movimento contínuo que parte de uma posição negativa (desrespeito, recusa, discriminação) e reivindica aceitação e valorização – ou seja, reconhecimento.

A primeira noção geradora do processo se expressa no termo *respeito*, que se traduz em situações concretas como: a) respeito pela história do negro, incluindo

¹⁴ As frases da campanha foram as seguintes: “o marabaixo é de todos”, “sou ancestral, minha cultura é o marabaixo” e “valorização e reconhecimento para o marabaixo”. Disponível: <http://www.digestivoblogs.com.br/default.asp?codigo=4796>. Acesso em 14.04.2017.

a diáspora africana e a escravidão; b) respeito pela memória dos antigos festeiros (ancestrais e pioneiros); e c) respeito pelo marabaixo como tradição cultural. Assim, a reivindicação por respeito coloca na arena do diálogo com as instituições e a população em geral, tudo o que representa o marabaixo como memória, tradição e identidade das gerações passadas e atuais.

O segundo movimento dos festeiros busca aceitação por parte da sociedade. Desta forma, se por um lado a ideia de respeito implicava na luta por dignidade, a aceitação procurava inserir o marabaixo em um cenário positivo e que permite, entre outros aspectos, a sua valorização no âmbito da cultura local. Por sua vez, o reconhecimento consolida o processo, com a reivindicação de que o marabaixo seja considerado como manifestação cultural que define a identidade amapaense e, portanto, seu autêntico patrimônio.

Alguns fatores podem ser destacados como resultados e conquistas no plano da valorização e do reconhecimento:

- A ação dos governos (estadual e municipal) de financiamento dos eventos anuais, como o ciclo do marabaixo e o Encontro dos Tambores, assim como a construção do Centro de Cultura Negra, que serve de sede para a União dos Negros do Amapá e de espaço para a realização dos eventos;

- A valorização e reconhecimento de parte significativa da população, de modo que as pessoas passaram a frequentar as festas e dançar o marabaixo;

- A criação de um conjunto de leis de interesse da “comunidade marabaixeira”, tais como: lei 0845, de 13 de julho de 2004, cria o ciclo do marabaixo e do batuque no estado; lei 1.263, de fevereiro de 2008, define o marabaixo como patrimônio histórico e cultural do Amapá; e a lei 1.521, de 29 de janeiro de 2010, que definiu 16 de junho como o dia estadual do marabaixo.

Considerações finais

Enquanto patrimônio, as referências culturais do marabaixo são constituídas de artefatos e aspectos imateriais. Parte dos elementos, considerados como tradição, foi constituída no passado. Porém, outros aspectos foram adicionados, como os vestuários coloridos dos festeiros, os barracões, o trabalho pedagógico com crianças e adolescentes, as rodas de marabaixo e mais recentemente a criação de eventos como o Encontro dos Tambores.

O inventário elaborado pela consultoria contratada pelo IPHAN apresenta como problema o investimento de recursos financeiros do governo nos eventos de marabaixo. Isto porque, segundo o dossiê, gera competição e conflito entre os grupos, sugerindo que tal fato desvirtua os valores de tradição. É preciso considerar, porém, que a tradição não é imutável, assim como não se configura fora das relações sociais. Ao contrário, a tradição é constituída socialmente, sendo sempre renovada e atualizada, de modo a coexistirem aspectos do passado com aqueles criados no presente, muitas das vezes ressignificando os valores do passado.

O patrocínio público resulta das reivindicações da “comunidade marabaixeira”; ou seja, está alicerçado na atuação dos praticantes e, assim, torna-se sinônimo de conquista e prestígio. Portanto, ao invés de se considerar um “desvirtuamento da tradição”, deve-se inserir o financiamento público no âmbito das reivindicações legítimas dos festeiros e nas múltiplas formas que a noção de referências culturais implica como significado cultural, social e político, seja para as pessoas que praticam, seja para o Estado como promotor de políticas públicas na esfera da cultura.

Recebido em 30 de outubro de 2022.
Aprovado em 30 de agosto de 2023.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.
- CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: Fundecap, 1998.
- CANTO, Fernando. *Literatura das pedras: a Fortaleza de São José de Macapá como locus das identidades amapaenses*. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2017.
- CANTO, Fernando. Amapá: patrimônio cultural e identidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 38: 103-121, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CRAPANZANO, Vincent. *Hermes' dilemma and Hamlet's desire: on the epistemology of interpretation*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- DOMINGUES, Petrônio J. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Revista de do Centro de Estudos Africanos*, 24, 25, 26: 193-210, 2002.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça. (Orgs.). *Identidades*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GOMES, Flávio dos S. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, F. S. (Org.) *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. pp. 225-318.
- GONÇALVES, Mariana de A. Favela- território negro na cidade de Macapá. *IV Reunião Equatorial de Antropologia/XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*, Fortaleza, 2013.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3 (1): 7-39, 1997.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. São Paulo: Editora Graal, 1979.

IPHAN. *Inventário das referências culturais do marabaixo do Amapá*. Brasília: MINC/IPHAN, 2013.

LIMA, Wanda M. S. F. *O ciclo do Marabaixo: permanências e inovações de uma festa cultural*. Dissertação de Mestrado, Educação, Arte e História, Mackenzie, 2011.

LUNA, Verônica. X. *Entre o porteau e o volante: africanos redesenhando a Vila São José de Macapá – 1840-1856*. Dissertação de Mestrado, História, UFPI, 2009.

MACIEL, Alexsara de S. “*Conversa que amarra preto*”: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá – 1986-2000. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.

MARTINS, Rostan. *Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: comunicação e semiótica do marabaixo*. São Paulo: Scortecci, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, 33: 109-117, 1990.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos S. *Marabaixo: memoria y urbanización de un ritual de selva*. Tese de Doutorado, Antropologia Social e Historia de América y África, Universidad de Barcelona, 2012.

OSÓRIO, Patrícia Silva. Festivais de cultura popular e patrimônios: campos de batalhas nas políticas de identidades. *Etnográfica*, 21 (3): 493-508, 2017.

PEIRANO, Mariza. “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2ª edição. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. pp. 223-266.

PEREIRA, Nunes. *O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

ROCHA, José G. Movimentos sociais e negritude no Brasil. *Revista da ABPN*, 6 (12): 26-60, 2013.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, 3 (1): 41-73, 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, 3 (2): 103-150, 1997.

SILVA, José Maria. *Manifestações negras e o processo de relações sociais. Relatório de Pesquisa*, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1987.

SOUZA, Manoel A. *Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no jornal Amapá – 1945 a 1968*. Tese de Doutorado, Sociologia, UFC, 2016.

TAMBIAH, Stanley J. “The magical power of words”. In: TAMBIAH, S. J. *Culture, thought, and social action: an anthropological perspectives*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. pp. 17-59.

TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12(1): 237-248, 2006.

VIDEIRA, Piedade L. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.